



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

**JUCEMG**

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 880 - 24/02/2014 16:45



14/182.936-2

NIRE(da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula Auxiliar do Cc

31300027261

2151

## 1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.**

( da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio )

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	980			ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBENTURES

BELO HORIZONTE

Local

24 DE FEVEREIRO DE 2014

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **FELIPE ENCK GONÇALVES**

Assinatura:

Telefone de Contato: **(31)35164524**



## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

~~DECISÃO COLEGIADA~~

Nome(s) Empresarial(ais) igual (ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem  
À decisão

25/2/2014  
Data

NÃO

Data

Responsável

NÃO

Data

Responsável

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência.  
( Vide despacho em folha ane
- ☐ Processo deferido. Publique-se
- ☐ Processo indeferido. Publique-se



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.171-7/000  
EM 25/02/2014  
#LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPACOES S.A.#

AN1118945

PROTÓCOLO: 14/182.936-2

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



5ª Exigência  
Mariana de Miranda V. V. D. Flores  
Analista de Registro Empresarial  
MASP 10471597-7

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência.  
( Vide despacho em folha anexa )
- ☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

25/02/2014  
Data

Raymundo de Almeida Vianna  
Presidente da Turma

Felipe Augusto Lima de Paula  
Vogal

5ª Exigência  
Cleider Gomes Figueirôa  
Vogal

OBSERVAÇÕES



**CARTÓRIO DO 9º OFÍCIO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG**  
Rua São Paulo, 1115 - Centro - Fone: (51) 3247-3535  
Tabelião: Walquíria Mara Graciano Machado Rabelo **9º** Ofício de Notas

Reconheço a semelhança da firma de: FELIPE ENCK  
BONCALVES  
Emol: R\$ 3,68 Recomp: R\$ 0,22 T73: R\$ 1,21 Total: R\$ 5,11  
Dou fe. Em testemunho da verdade.  
Belo Horizonte MG 24/02/2014

Nathan Figueiredo Salviano - Escrevente



---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.**

entre

**LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.**  
*como Emissora,*


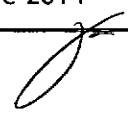
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário,*

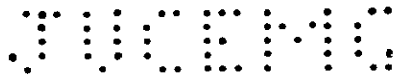
e

**MRV LOG MDI SJC I INCORPORAÇÕES SPE LTDA.**  
*como Garantidora*

Datado de 24 de fevereiro de 2014

---





## ÍNDICE

1.	AUTORIZAÇÕES .....	1
2.	REQUISITOS .....	1
3.	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	3
4.	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	5
5.	AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO .....	11
6.	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA EDA GARANTIDORA.....	16
7.	AGENTE FIDUCIÁRIO .....	18
8.	ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	26
9.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	27
10.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA EDA GARANTIDORA .....	28
11.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	30
12.	FORO .....	33

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, SOB O REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

1. LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, 2.720, sala 101, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.041.168/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");
2. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada na Escritura (conforme definida abaixo) para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidor,

3. MRV LOG MDI SJC I INCORPORAÇÕES SPE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Jose dos Campos, no Estado de São Paulo, na Av. Constância da Cunha Paiva, Jardim Santa Inês, nº 231, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.868.889/0001-02, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Garantidora") e, em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, "Partes"),

Celebram o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Log Commercial Properties e Participações S.A.*" ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÕES

1.1. Nos termos inciso "s" do artigo 22 do Estatuto da Companhia e pelo artigo 59, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a presente Escritura é celebrada com base em reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 13 de fevereiro de 2014 ("RCA").

1.2. A Hipoteca (conforme definida abaixo) prestada pela Garantidora foi autorizada nos termos de seu contrato social ("Autorização da Garantia")

2. REQUISITOS

2.1. A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:



### 2.1.1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

2.1.1.1. A ata da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicada no Diário Oficial da União e/ou do Estado de Minas Gerais e no jornal Hoje em Dia, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.3. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados, no âmbito da presente Emissão, após o registro da Escritura serão igualmente arquivados na JUCEMG e publicados pela Emissora no Diário Oficial da União e/ou do Estado de Minas Gerais e no jornal Hoje em Dia, conforme legislação em vigor.

### 2.1.2. ARQUIVAMENTO DA ESCRITURA

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a Emissora deverá enviar 01 (uma) via original da respectiva Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCEMG, tempestivamente após a referida inscrição.

### 2.1.3. REGISTRO DA GARANTIA REAL

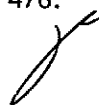
2.1.3.1. Em função da prestação da garantia real, a Escritura de Hipoteca (conforme definido abaixo), e seus eventuais aditamentos serão protocolizados, em até 3 (três) dias a contar do Registro da Escritura na JUCEMG, no competente cartório de registro de imóveis da cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, sendo certo que 01 (uma) via original de tais instrumentos deverão ser entregues ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias, após seus efetivos registros.

2.1.3.2. É condição para a integralização das Debêntures o protocolo da Escritura de Hipoteca, para registro da garantia real, no competente registro de imóveis da comarca onde os Imóveis (abaixo definidos) estão localizados.

2.1.3.3. No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de protocolo da Escritura de Hipoteca junto ao competente cartório de registro de imóveis, o seu registro na matrícula dos Imóveis deverá ser aperfeiçoado. Após o decurso de tal prazo a Emissora disporá do prazo de 10 (dez) dias para enviar 01 (uma) via original da matrícula dos Imóveis, com o registro da Hipoteca, ao Agente Fiduciário.

### 2.1.4. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM")

2.1.4.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição ("Oferta Restrita"). Não obstante, o Coordenador Líder (conforme abaixo definido), enviará à CVM comunicação de encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.



✓

### 2.1.5. REGISTRO NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS ("ANBIMA")

2.1.5.1. A presente Emissão está dispensada de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do inciso I, parágrafo 1º do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.1.5.2. A presente Emissão será objeto de registro junto à ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados na forma do parágrafo 2º do artigo 1º Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado à expedição de diretrizes para este fim.

## 3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1 OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1.1. A Emissora tem por objeto a administração de bens próprios, a prestação de serviços de engenharia e de construção de imóveis residenciais e/ou comerciais, a incorporação, construção, comercialização e locação de imóveis próprios ou de terceiros, residenciais e/ou comerciais, bem como a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

### 3.2. NÚMERO DA EMISSÃO

3.2.1. Para todos os fins, a presente Escritura representa a 4ª (quarta) emissão pública de debêntures da Emissora.

### 3.3. NÚMERO DE SÉRIES

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

### 3.4. MONTANTE DA EMISSÃO

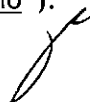
3.4.1. O montante total da Emissão será de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

### 3.5. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.5.1. Serão emitidas até 10.000 (dez mil) Debêntures.

### 3.6. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.6.1. O BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede em Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, sem número, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, será banco liquidante e escriturador mandatário da presente Emissão ("Banco Liquidante e Escriturador Mandatário").





### 3.7. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.7.1. Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados para reposição do caixa da Emissora.

### 3.8. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

3.8.1. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e (ii) para negociação em mercado secundário através do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados S.A. ("CETIP"), sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15, e do cumprimento pela Emissora do artigo 17, da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.2.1. Para efeitos da Cláusula 3.8.2 acima, consideram-se Investidores Qualificados aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM 476 e na presente Escritura, que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na presente Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

### 3.9. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A., na qualidade de coordenador líder da Emissão ("Coordenador Líder"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 (procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados) e os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 4ª Emissão da Log Commercial Properties e Participações S.A." ("Contrato de Colocação"). Nos termos do Contrato de Colocação, o Coordenador Líder, prestou garantia firme de colocação para o montante de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) das Debêntures objeto desta Emissão.





3.9.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.9.3. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

###### 4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

###### 4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de fevereiro de 2014 ("Data de Emissão").

###### 4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 28 de fevereiro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado, previstas na Cláusula 5.3 abaixo.

###### 4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

###### 4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP.



#### 4.1.6. Espécie

4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária. Mediante registro da Hipoteca no competente cartório de registro de imóveis, as Debêntures permanecerão da espécie quirografária, com garantia representada pela Hipoteca.

#### 4.1.7. Conversibilidade

4.1.7.1. As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### 4.2. SUBSCRIÇÃO

#### 4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, a partir da data de início da distribuição, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Subscrição").

#### 4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário.

### 4.3. INTEGRALIZAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Subscrição, nos termos da Cláusula 4.2.1.1 acima, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

### 4.4. DIREITO DE PREFERÊNCIA

4.4.1. Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

### 4.5. ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL

4.5.1. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

### 4.6. REMUNERAÇÃO

#### 4.6.1. Juros Remuneratórios

4.6.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Subscrição, até a data efetiva de pagamento de juros remuneratórios, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um percentual (*spread*) equivalente a 1,85% (um inteiro e oitenta

e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros Remuneratórios").

4.6.1.2. Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis*, por dias úteis, e serão devidos, semestralmente, nos dias 28 de fevereiro e 28 de agosto de cada ano, a partir da Data de Subscrição das Debêntures, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado.

4.6.1.3. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do Fator DI, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:



✓

$DI_k$  = Taxa DI-Over de ordem  $k$  divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = corresponde ao spread de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

spread = 1,8500 (um inteiro e oitenta e cinco centésimos);

$n$  = o número de dias úteis entre a Data de Subscrição, ou o último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo " $n$ " um número inteiro;

(a) O fator resultante da expressão  $(1 + DI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + DI_k)$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.


(d) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

**4.6.1.3.1. Define-se "Período de Capitalização"** como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, Resgate Antecipado ou Vencimento Antecipado, conforme o caso.

**4.6.1.4.** No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

**4.6.1.5.** Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não



haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

**4.6.1.6.** Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

**4.6.1.7.** Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.6.1.5. acima, não haja consenso sobre a nova taxa de remuneração substitutiva da Taxa DI, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 40 (quarenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis desde a Data de Subscrição, ou do último pagamento dos Juros Remuneratórios. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para o cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível.

#### **4.7. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA**

**4.7.1.** Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### **4.8 AMORTIZAÇÃO**

**4.8.1.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas a partir do 30º (trigésimo) mês a contar da Data da Emissão, sendo a primeira em 28 de agosto de 2016 e a última na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo:

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO	
DATA	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO (SOBRE O VALOR NOMINAL UNITÁRIO)
28/08/2016	10% (dez inteiros por cento)
28/02/2017	10% (dez inteiros por cento)
28/08/2017	15% (quinze inteiros por cento)
28/02/2018	15% (quinze inteiros por cento)
28/08/2018	15% (quinze inteiros por cento)
28/02/2019	35% (trinta e cinco inteiros por cento)

#### 4.9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

##### 4.9.1. LOCAL DE PAGAMENTO E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.9.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.9.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.

##### 4.9.2. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.9.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

##### 4.9.3. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.9.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, os quais continuarão a incidir até que o valor devido seja efetivamente pago, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

##### 4.9.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.



M

#### 4.10. PUBLICIDADE

4.10.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial da União e/ou do Estado de Minas Gerais e no jornal Hoje em Dia, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

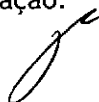
#### 4.11. GARANTIAS

4.11.1. Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura, a Garantidora, como outorgante, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebram nesta data a "*Escritura Pública de Constituição de Hipoteca em Garantia de Obrigações Decorrentes de Instrumento Particular de Emissão de Debêntures com Estipulação de Garantia Real e Outras Avenças*" ("Escritura de Hipoteca"), por meio do qual a Garantidora, de forma irrevogável e irretratável, outorgará em garantia aos Debenturistas, representados na Escritura de Hipoteca pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 1.473 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), os seguintes imóveis de propriedade da Garantidora, os quais continuarão a ser utilizados regularmente, sendo que os imóveis objeto da Escritura de Hipoteca não poderão ser alienados ou onerados, exceto conforme definido na Escritura de Hipoteca, registrados sob as matrículas: (i) nº 11.745, do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Campos, Estado de São Paulo; e (ii) nº 11.746, do 2º Oficial de Registro de Imóveis da comarca de São José dos Campos, Estado de São Paulo ("Imóveis" e "Hipoteca", respectivamente).

### 5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 5.1. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.





## 5.2. RESGATE ANTECIPADO

5.2.1. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da Data de Emissão, salvo o expresso no item 5.2.1.1 abaixo, mediante aviso aos Debenturistas (nos termos da cláusula 4.10.1 acima), ao Agente Fiduciário, Escriturador Mandatário e à CETIP, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da respectiva data do evento, promover o resgate antecipado de parte ou totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento ("Resgate Antecipado"), mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado ("Valor do Resgate Antecipado"); e (ii) de prêmio incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, correspondente, nos termos abaixo indicados:

MOMENTO DE RESGATE ANTECIPADO	PREMIO DE RESGATE ANTECIPADO
entre o 25º (vigésimo quinto) mês e o 36º (trigésimo sexto) mês, contado da Data de Emissão, inclusive	0,60% (sessenta centésimos por cento)
entre o 37º (trigésimo sétimo) mês e o 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado da Data de Emissão, inclusive	0,40% (quarenta centésimos por cento)
entre o 49º (quadragésimo nono) mês e o 60º (sexagésimo) mês, contado da Data de Emissão, inclusive	0,20% (vinte centésimos por cento)

5.2.2. Na hipótese de Resgate Antecipado parcial: (i) haverá sorteio, nos termos do artigo 55, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; (ii) para as debêntures custodiadas na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela CETIP; e (iii) todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

## 5.3. VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 5.3.2 a 5.3.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, se houver, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição, ou do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

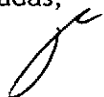
- (i) descumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária perante os debenturistas nas datas previstas nesta Escritura;




2




- (ii) se a Emissora, suas controladas e coligadas, e a Garantidora, conforme aplicável, ~~(a) ingressar em juízo com requerimento de~~ (I) recuperação judicial; ~~(II) pedido de aut falência~~ ou de falência formulado pela Emissora, por suas controladas e coligadas ou pela Garantidora, (III) decretação de falência da Emissora, de suas controladas e coligadas, e da Garantidora; (b) propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; ou (c) tiver declarada sua liquidação, dissolução, extinção, insolvência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal;
- (iii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de quaisquer autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais materialmente relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, desde que resulte em um Efeito Material Adverso (conforme definido na Cláusula 5.3.1.2 abaixo);
- (iv) protesto de títulos contra a Emissora, suas controladas e coligadas, ainda que na condição de garantidoras, cujo valor não pago ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); salvo, em qualquer hipótese, se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do referido protesto, (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (v) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) alteração do objeto social da Emissora, exceção feita à inclusão, em seu objeto social, de outras atividades, desde que de qualquer forma relacionadas, similares ou complementares à atividade principal da Emissora;
- (vii) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigação essa em valor agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) pela Emissora, suas controladas ou coligadas;
- (viii) aprovação de redução do capital social da Emissora com restituição aos acionistas de parte do valor das ações ou pela diminuição do valor destas, quando não integralizadas, à importância das entradas;
- (ix) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral transitada em julgado contra a Emissora ou a Garantidora, em valor individual ou agregado superior (a) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou valor correspondente em outras moedas, se pela Emissora, suas controladas ou coligadas;



r

- (x) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, desde que resulte em um Efeito Material Adverso (conforme definido na Cláusula 5.3.1.2 abaixo);
- (xi) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta dos ativos da Emissora ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida impeça a Emissora de efetuar seus pagamentos ou cumprir com suas obrigações decorrentes das Debêntures, e tal medida não seja sanada pela Emissora no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data em que a Emissora tomar conhecimento de referido evento;
- (xii) alienação de parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora, de forma a impactar o desenvolvimento das atividades da Emissora e/ou suas condições econômico-financeiras;
- (xiii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura, ou em qualquer outro documento da Emissão;
- (xiv) realização de qualquer pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- (xv) em caso de mudança, direta ou indireta, do controle acionário sobre a Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, desde que tal mudança implique na perda do controle sobre a Emissora por MRV Engenharia e Participações S.A., Conedi Participações Ltda., Rubens Menin Teixeira de Souza, Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez, Leonardo Guimarães Correa, Homero Aguiar Paiva, Hudson Gonçalves Andrade, Marcelo Martins Patrus, considerados em conjunto, salvo se houver prévia anuência dos debenturistas;
- (xvi) não obtenção do registro da Hipoteca na matrícula dos Imóveis após o decurso do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de protocolo da Escritura de Hipoteca junto aos competentes cartórios de registro de imóveis conforme indicado na cláusula 2.1.3.3;
- (xvii) caso a avaliação dos Imóveis que será realizada em até 90 (noventa) dias a contar da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a que se refere a Escritura de Hipoteca, indicar que os imóveis possuem valor inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e não sejam incluídos, no âmbito da Hipoteca, para compor tal valor mínimo, novos imóveis



r

previamente aceitos pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (xviii) caso a Emissora não contrate e obtenha seu *rating* corporativo até 30 de setembro de 2014, sendo certo que o *rating* corporativo da Emissora deverá ser elaborado pela Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Ratings.

**5.3.1.2.** Para os fins da Escritura, Efeito Material Adverso significa um efeito material adverso: (i) nos negócios, condições (financeiras ou de outra forma), operações, desempenho ou propriedades da Emissora; (ii) na capacidade da Emissora de executar suas obrigações relativas à Emissão; ou (iii) nos direitos e/ou medidas e ações da Emissora (estando certo que no caso de haver algum Efeito Material Adverso, deverá ser contabilizada, na medida correspondente, qualquer apólice de seguro, indenizações e reclamações disponíveis e aplicáveis, uma vez consideradas a natureza e o valor, bem como a probabilidade de recuperação desta referida apólice de seguro, indenizações e/ou reclamações) ("Efeito Material Adverso").

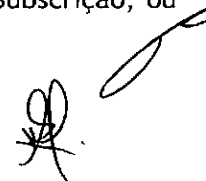
**5.3.2.** A Emissora obriga-se a, tão logo tome conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

**5.3.3.** Se o vencimento antecipado das Debêntures estiver fundamentado nas hipóteses constantes dos itens (i), (ii), (vii), (viii) e (xiii) da Cláusula 5.3.1.1 acima, casos em que as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

**5.3.4.** Se o vencimento antecipado das Debêntures estiver fundamentado nas hipóteses constantes dos itens (iii), (iv), (v), (vi), (ix), (x), (xi), (xii), (xiv), (xv), (xvi), (xvii) e (xviii) da Cláusula 5.3.1.1 acima, os debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8ª abaixo, deverão convocar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que constatar sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.

**5.3.4.1.** Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mencionada no item 5.3.4. acima, que será instalada, deverá ser observado o quórum de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, os debenturistas poderão deliberar por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures por qualquer razão que seja. Em caso de suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberação em data posterior, os debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, não deverão declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada, após observadas as disposições do item 8.4 desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá decretar o vencimento antecipado das Debêntures.

**5.3.5.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e a Garantidora, com cópia à CETIP e ao Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, se houver, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição, ou



2

do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

**5.3.6.** A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 5.3.5 acima.

**5.3.7.** Caso a Emissora não proceda no pagamento das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.5 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.9.3 acima.

## **6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA**

**6.1.** A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, exceto em hipótese em que as informações não possam ser fornecidas em tais prazos por força de lei ou ordem de autoridade governamental, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, e (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;
  - (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, exceto em hipótese em que as informações não possam ser fornecidas em tais prazos por força de lei ou ordem de autoridade governamental, (i) cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, acompanhada do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, e (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;
  - (c) dentro de 30 (trinta) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas e fatos relevantes, bem como das reuniões do conselho de administração da Emissora;
  - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3.1.1 acima em até 5 (cinco) dias úteis contados da ciência do evento pela Emissora; e
  - (e) dentro de 10 (dez) dias úteis, ou de outro prazo a ser previamente informado pela Emissora ao Agente Fiduciário, no caso do primeiro



2

vir a necessitar de outro prazo e justificar tal necessidade, qualquer informação que razoavelmente venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, desde que tal informação seja indispensável para que este último possa cumprir com suas obrigações decorrentes da presente Escritura e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
  - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;



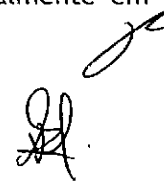
~

- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento, a critério da Emissora, órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) não pagar dividendos aos seus acionistas em percentual superior a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à Emissão;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora e sujeitas à mudanças a seu exclusivo critério;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e,
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Escriturador Mandatário.

6.2. A Garantidora adicionalmente se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário informações sobre quaisquer descumprimentos seu de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento.

## 7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em



vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

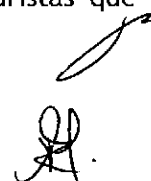
**LOG**

**7.2. O Agente Fiduciário declara:**

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, com a redação dada pela MP 517, e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura e na legislação aplicável, a regularidade da constituição da garantia real prestada aos debenturistas, bem como sua exequibilidade, tendo em vista as características e procedimentos de constituição da referida garantia; e
- (x) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tivesse conhecimento.

**7.2.1.** A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

**7.3.** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que



representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuarla.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



2



- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia real prestada aos debenturistas, bem como sua exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora a ser conduzida às expensas desta última;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar anualmente relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12, item XVIII, da Instrução CVM 28, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo listadas. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar o organograma societário do grupo da Emissora, todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização aos debenturistas do relatório anual, exceto em hipótese em que as informações não possam ser fornecidas em tais prazos por força de lei ou ordem de autoridade governamental. O referido organograma societário do grupo da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o



inadimplemento ou atraso, na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede do Coordenador Líder;
- (xv) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, o Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgar para o Agente Fiduciário, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;


- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem ou resgatadas antecipadamente de forma parcial, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10(dez) dias da ciência, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xx) verificar a manutenção da regularidade e exequibilidade da garantia prestada; e
- (xxi) disponibilizar, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar a garantia real, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (v) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, liquidação extrajudicial e/ou insolvência, da Emissora e/ou da Garantidora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a



seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.8. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

7.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral.


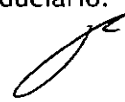
7.10. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos mesmos. Assim, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal postura aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou da presente Escritura.

7.11. Será devido ao Agente Fiduciário, para o acompanhamento padrão dos serviços de agente fiduciário a serem por ele prestados, honorários nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura, e, as demais parcelas, na mesma data dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

7.11.1. Em caso de mora no pagamento da remuneração prevista no item 7.11., os valores em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.11.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir para a Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.11.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.



7.11.4.A remuneração devida ao ~~Agente Fiduciário~~ nos termos das Cláusulas 7.10 e seguintes será atualizada anualmente, com base no IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.11 até a data de pagamento de cada parcela, calculados *pro rata die* se necessário.

7.11.5.Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que tratam as Cláusulas 7.11 e seguintes serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.11.6.A remuneração devida pela Emissora não inclui as despesas razoavelmente incorridas com viagens, estadias, transporte, publicações e notificações necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, desde que, se assim possível, mediante prévia aprovação. Igualmente, não estão incluídas, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria na garantia concedida às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures, bem como outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida nos termos desta Escritura.

7.11.7.Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus a mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

7.11.8.A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.10 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, no caso de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados na legislação aplicável ou na Escritura como configuradores de vencimento antecipado das Debêntures.

7.12. A Emissora, mediante, sempre que possível, prévia aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.12.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas.

7.12.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos



N

debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

**7.12.3.** Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

**7.12.4.** As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**7.12.5.** As despesas a que se refere a Cláusula 7.11 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com (i) publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões; (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, transportes e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

**7.12.6.** O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## **8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1.** Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

**8.2.** Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive no que diz respeito à sua convocação, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

**8.3.** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

**8.3.1.** Para fins desta Cláusula 8ª, entende-se por Debêntures em circulação aquelas emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido canceladas, amortizadas ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam detidas por acionista controlador, direta ou indiretamente, ou qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até terceiro grau e respectivos cônjuges destes últimos.





8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração nas Cláusulas 4.1.3, 4.6, 4.8, 5.2 e 5.3 desta Escritura, as quais dependerão da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1.1. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo



N

10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;

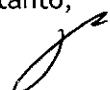
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. Adicionalmente, o Agente Fiduciário faz constar que, nesta data, presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 18 de junho de 2019, em que foram emitidas 80 (oitenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão, mas não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da segunda emissão da Emissora eram garantidas por alienação fiduciária de imóvel e cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 03 de junho de 2020, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da terceira emissão da Emissora eram garantidas por alienação fiduciária de imóvel, cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e por escrituras de hipotecas conforme previsto na escritura de emissão.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

### 10.1. A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações de capital aberto categoria "B", devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;





- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMG e o registro das debêntures na CETIP;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 3 (três) primeiros trimestres de 2013, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (xiii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura; e
- (xiv) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade



~

da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, que não possa causar um Efeito Material Adverso (conforme definido na Cláusula 5.3.1.2 acima), está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social.

**10.2. A Garantidora declara e garante que:**

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (ii) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) a garantia real ora prestada, após o seu registro no cartório de registro de imóveis competente, constitui uma obrigação legal, válida e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da garantia real aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, com exceção da Hipoteca ou, quando aplicável, de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

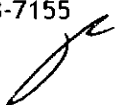
**10.3. A Emissora e a Garantidora comprometem-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas nesta Cláusula 10 tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.**

**11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:**

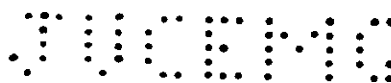
- (i) Para a Emissora:

**Log Commercial Properties e Participações S.A.**  
Avenida Raja Gabaglia, 2.708, sala 101  
Belo Horizonte - MG  
30494-170  
At.: Sr. Felipe Enck Gonçalves  
Telefone: (31)3516-9697  
Fax: (31)3348-7155





e-mail: [felipe.goncalves@logcp.com.br](mailto:felipe.goncalves@logcp.com.br)



(ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514

Rio de Janeiro - RJ

22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

(iii) Para a Garantidora:

**MRV LOG MDI SJC I INCORPORAÇÕES SPE LTDA.**

AV Constância da Cunha Paiva, Jardim Santa Inês, nº 231

São José dos Campos - SP

At.: Sr. Felipe Enck Gonçalves

Telefone: (31) 3516-9697

Fax: (31) 3348-7155

e-mail: [felipe.goncalves@logcp.com.br](mailto:felipe.goncalves@logcp.com.br)

(iv) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

**BANCO BRADESCO S.A.**

At.: Departamento de Ações e Custódia | Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Cidade de Deus, sem número, Vila Yara

CEP 06029-900

Osasco, SP

Telefone: (11) 3684-7654

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

(v) Para a CETIP:

**CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308 / (21) 2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo - SP

01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

e-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

11.1.5. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.4 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

11.1.6. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

11.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais ou na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

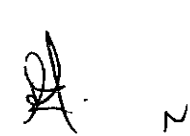
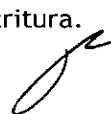
11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes.

11.6. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.7. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.



11.8. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## 12. FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2014

*[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]*


\* \* \* \*

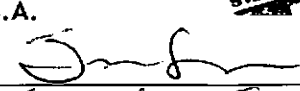



~

[página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Log Commercial Properties e Participações S.A.]

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

  
Nome: FELIPE ENCK GONÇALVES  
Cargo: Diretor Administrativo

  
Nome: SÉRGIO FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA  
Cargo: Diretor de Operações

**CARTÓRIO DO 9º OFÍCIO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG**  
Rua São Paulo, 1115 - Centro - Fone: (31) 3247-3535  
Tabelão: Walquíria Mara Graciano Machado Rabelo - Ofício de Notas

Reconheço a semelhança das 217 firmas de: FELIPE ENCK GONÇALVES e SÉRGIO FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA

Emol: R\$ 7,36 Reconp: R\$ 0,44 IFO: R\$ 2,42 Total.: R\$ 10,22  
Dou fe. Em testemunho da verdade.  
Belo Horizonte - MG 24/02/2014

Nathan Figueiredo Salviano - Escrevente

**9º OFÍCIO DE NOTAS**  
**Reconhecimento de Firma**  
BOW 82301  
BOW 82300



[página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Log Commercial Properties e Participações S.A.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

*Mayara Rodrigues Corrêa*  
 Nome: MAYARA RODRIGUES CORRÊA  
 Cargo: PROCURADORA



**CARTÓRIO DO 9º OFÍCIO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG**  
 Rua São Paulo, 1115 - Centro - Fone: (31) 3247-3535  
 Tabelião: Walquíria Mara Graciano Machado Rabelo - Ofício de Notas

Reconheço a semelhança da firma de: MAYARA RODRIGUES  
 CORREIA

Emol: R\$ 1,68 Recomp: R\$ 0,22 T.F.J.: R\$ 1,21 Total.: R\$ 3,11

Dou fe Em testemunho da verdade

Belo Horizonte - MG 24/02/2014

Nathan Figueiredo Salviano - Escrevente



*[Handwritten signatures]*

[página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Log Commercial Properties e Participações S.A.]


MRV LOG MDI SJC I INCORPORADORA

SVAN DE DEBÊNTURES

9º OFÍCIO DE NOTAS

Nome: FELIPE ENCK GONCALVES  
Cargo: ADMINISTRADOR

Nome: SERGIO FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA  
Cargo: ADMINISTRADOR

 **CARTÓRIO DO 9º OFÍCIO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG**  
Rua São Paulo, 1115 - Centro - Fone: (31) 3247-3535  
Tabelião: Walquíria Mara Graciano Machado Rabelo **9º** Ofício de Notas

Reconheço a semelhança das(2) firmas de: FELIPE ENCK GONCALVES e SERGIO FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
Emol: R\$ 7,36 Reconsp: R\$ 0,44 T.F.J.: R\$ 2,42 Total.: R\$ 10,22  
Dou fe. Em testemunho da verdade.  
Belo Horizonte - MG 24/02/2014

Nathan Figueiredo Salviano - Escrevente

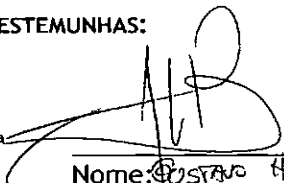







[página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Sob o Regime de Garantia Fidejussória de Colocação, da Log Commercial Properties e Participações S.A.]

## TESTEMUNHAS:

1ª   
 Nome: Gustavo H. W. V. Braga  
 RG nº: M610023595  
 CPF nº: 027.111.226-69

2ª   
 Nome: Lucas Thadeu Fontes da Silva  
 RG nº: M6.12.666-511  
 CPF nº: 098.306.626-40



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.171-7/000  
 EM 25/02/2014  
 #LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPACOES S.A.#

PROTOCOLO: 14/182.936-2  
 AH1118946

  
 MARINELY DE PAULA BOMFIM  
 SECRETÁRIA GERAL

